



Número: **8002598-63.2019.8.05.0079**

Classe: **AÇÃO POPULAR**

Órgão julgador: **1ª V DE FAZENDA PÚBLICA DE EUNÁPOLIS**

Última distribuição : **02/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Abuso de Poder**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO BATISTA ALVES PEREIRA (AUTOR)		WILKER ALVES SILVA SILVA (ADVOGADO)	
JOSE ROBERIO BATISTA DE OLIVEIRA (RÉU)			
MUNICIPIO DE EUNAPOLIS (RÉU)			
INSTITUTO GESTÃO BRASIL (RÉU)			
ANTONIO CARLOS LOPES (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
36541851	08/10/2019 10:08	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

1ª V DE FAZENDA PÚBLICA DE EUNÁPOLIS

Processo: AÇÃO POPULAR n. 8002598-63.2019.8.05.0079

Órgão Julgador: 1ª V DE FAZENDA PÚBLICA DE EUNÁPOLIS

AUTOR: JOAO BATISTA ALVES PEREIRA

Advogado(s): WILKER ALVES SILVA SILVA (OAB:0047109/BA)

RÉU: JOSE ROBERIO BATISTA DE OLIVEIRA e outros (3)

Advogado(s):

DECISÃO

Vistos.

O feito corre com isenção de custas.

Cuida-se de pedido liminar em sede de *ação popular* ajuizada pelo cidadão e vereador JOAO BATISTA ALVES PEREIRA em face de JOSE ROBÉRIO BATISTA DE OLIVEIRA, prefeito municipal de Eunápolis, MUNICIPIO DE EUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, INSTITUTO GESTAO BRASIL e ANTÔNIO CARLOS LOPES.

Em síntese, alega o requerente que o Município de Eunápolis, representado pelo requerido José Robério Batista de Oliveira, aderiu, sem prévia autorização do Poder Legislativo, ao Termo de Acordo de Cooperação firmado entre a União dos Municípios da Bahia (UPB) e o Instituto Gestão Brasil, “*dando assim início a atividade improba com o funcionamento de novo programa de arrecadação de tributos municipais, impondo ao Contribuinte o pagamento de uma suposta tarifa para emissão de NOTAS FISCAIS, sem qualquer previsão legal*”, olvidando que “*... a simples emissão de nota fiscal é o meio adequado ao recolhimento de tributos para o desenvolvimento de qualquer atividade comercial, jamais*



fato gerador capaz de desdobrar em encargo tributário de ofício.... Além da falta de legalidade administrativa, a cobrança está sendo efetivada com recolhimento do erário público em conta de estranha entidade privada, portanto, como se não bastasse a afronta a Legalidade Administrativa...”.

Pretextando no mérito obter a anulação da adesão do município ao termo de cooperação suso referido, pugna por medida liminar para seja suspensa a cobrança de taxa para emissão de notas fiscais.

É o breve relatório do pedido liminar.

Fundamento e decido.

A Lei 4717/65, tratando da ação popular, disciplina que caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado na defesa do patrimônio público (art. 5º, § 4º).

Referido dispositivo legal ainda preconiza que são nulos os atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, dentre outros, no casos de ilegalidade do objeto, ou seja, quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo (art. 2º, “c”).

Inferre-se dos autos que o Município de Eunápolis está a cobrar uma taxa obrigatória para que os prestadores de serviço adiram (comprem) a um programa de *software*, viabilizando o recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). E, sem a adesão ao software, não é possível a emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação do Serviço e, por efeito consequente, o recolhimento do tributo.

A instituição de taxa para emissão de notas fiscais no âmbito do Município de Eunápolis, sem prévia existência de lei municipal que a preveja, viola o princípio constitucional da legalidade tributária.

Isso porque, *sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça* (CF/88, art. 150, I).



Além disso, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição (CF/88, art. 145, II)

Nesse sentido, somente é possível a instituição de taxa por municípios quando se está diante da prestação efetiva ou potencial de um serviço público específico e divisível, ou de regular exercício do poder de polícia.

No que se refere à taxa de adesão ao programa de *software* que viabiliza a emissão de Nota Fiscal Eletrônica e o recolhimento do ISS, não se está, obviamente, diante de um serviço público especial prestado em favor do contribuinte; o programa destina-se a favores o próprio Fisco e, nas palavras do Ministro Roberto Barroso do STF, “*a Taxa de Expediente para emissão de guia é uma forma velada de transferir um custo administrativo que incumbe ao Poder Público para o particular. A inconstitucionalidade revela-se, notadamente, pelo desvirtuamento da materialidade proposta, uma vez que não há nenhuma atividade prestada em favor dos administrados*”(ARE 734.452/MG, Relator o Ministro Roberto Barroso, DJe de 21/10/13).

Com efeito, numa cognição superficial dos fatos, a taxa de adesão do programa de emissão de nota fiscal eletrônica de prestação de serviço consubstancia um instrumento de arrecadação de valores utilizado pela municipalidade, ou seja, não existe uma contraprestação em favor do munícipe e, inexistindo prestação de serviço público em favor do contribuinte, a cobrança da referida taxa de expediente em razão da emissão de boletos para o pagamento de tributos ofende o disposto no art. 145, II, da Constituição Federal.

Diante disso, **concedo a medida liminar** para suspender, no âmbito do Município de Eunápolis, a cobrança de quaisquer taxas para emissão de Nota Fiscal de Prestação de Serviço, devendo a municipalidade adotar as medidas necessárias para que seja viabilizada outra forma dos contribuintes recolherem o ISS porventura devido.

Citem-se os réus para contestarem a ação no prazo de 20 dias.

Intime-se o Ministério Público.

Publique-se edital de citação de eventuais interessados com prazo de trinta dias.

Roberto Freitas Jr.



Juiz de Direito

